

“E NOS DIAS DE HOJE, QUEREM QUE VOLTE ESTÁ ÉPOCA”:

o anticomunismo em narrativas de estudantes sobre
Ditadura Militar

Andréa Mazurok Schactae¹

Christiane Marques Szesz²

Artigo recebido em: 15/07/2021.

Artigo aceito em: 28/03/2022.

RESUMO:

O artigo objetiva analisar narrativas de estudantes do ensino médio sobre Ditaduras Militares na América Latina, tendo como recorte, a ideia do anticomunismo. Para análise são utilizados os conceitos de representações sociais, memória e consciência histórica, articulados com uma apresentação breve do discurso anticomunista, no Brasil do século XX, e a retomada desse discurso no século XXI.

PALAVRAS-CHAVE: Ditadura militar; Anticomunismo; Ensino de história; Representações

“AND IN TODAY, THEY WANT YOU TO COME BACK THIS TIME”:
anticommunism in student narratives about Military Dictatorship

ABSTRACT:

The article aims to analyze narratives of high school students about Military Dictatorships in Latin America, having as a cut, the idea of anticomunism. For analysis we use the concepts of social representations, memory and historical consciousness, articulated with a brief presentation of anti-communist discourse in twentieth century Brazil and the resumption of this discourse in the 21st century.

1 Doutorado em História pela Universidade Federal do Paraná, docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná e do Mestrado Profissional em História da Universidade Estadual de Ponta Grossa, link do Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3270514343737403>, ORCID <http://orcid.org/0000-0002-2597-4472> e e-mail aschactae@gmail.com. Grupos de pesquisa: Cultura, Identidades e Gênero, IFPR; Núcleo de Estudos de Gênero, UFPR.

2 Doutorado em História pela Universidade de Brasília, Professora Adjunto do Departamento de História da Universidade Estadual de Ponta Grossa, professora do Mestrado Profissional em História da Universidade Estadual de Ponta Grossa, Currículo Lattes <http://lattes.cnpq.br/7105546058329753>, e endereço de e-mail cszesz@uepg.br. Grupo de pesquisa: História Intelectual, História dos Intelectuais e Historiografia, UFPR;

KEYWORDS: Military dictatorship; Anticommunism; History teaching; Representations

1. Introdução

No ano de 2018, o tema Ditadura Militar no Brasil (1964-1985) esteve presente em diversos debates e postagem nas redes sociais, continuando no início do ano de 2019, principalmente com o aceno do Governo em defesa das comemorações do Golpe de 1964 (MAZUI, 2019). Para Rafael Goldzweig (2019), no contexto atual se constituem estratégias para de relativização do Golpe de 1964 e mesmo que os grupos sejam minorias eles conseguem o impacto significativo nas redes sociais. A constatação da influência das redes sociais na divulgação de percepções sobre o passado, demonstrada no texto é um indicativo importante para voltar o olhar para perceber como os jovens olham para o passado, tendo em vista a proximidade dos jovens com esses espaços virtuais³.

O golpe civil-militar⁴ de 1964 e o estabelecimento de uma ditadura militar, que terminou em 1985, apresentam-se em diferentes construções de memória, entre as quais as produções acadêmicas. Ao realizar uma reflexão sobre história e memória do golpe, Marcos Napolitano (2011) destaca que,

convivendo com a memória hegemônica sobre o golpe e o regime militar, há também uma perspectiva histórica bem estabelecida, construída pela literatura acadêmica. Esta perspectiva histórica, entretanto, é mais fruto das reflexões feitas por sociólogos e cientistas políticos, do que dos trabalhos propriamente historiográficos, feitos por historiadores de ofício. Entre os temas ligados ao estudo do regime militar, apenas o tema da resistência, sobretudo a guerrilha de esquerda (e seus desdobramentos) e da censura constitui um campo bem pesquisado e mapeado pelos historiadores (NAPOLITANIO, 2011, p. 210).

Para identificar como as memórias sobre as ditaduras são percebidas pelas

³ Pesquisa realizada pela AMDOCS, em dez países, indica que os jovens brasileiros são os que mais consomem redes sociais (SALES, 2016).

⁴ Utilizamos o termo Golpe Civil-Militar, defendido pelo historiador Carlos Fico (2013). Sobre o debate ver o texto de Damian B. Melo (2012).

comunidades de leitores na escola, foram realizadas, no final ano de 2018, duas atividades didáticas com a temática: Ditaduras na América Latina. A primeira atividade teve como objetivo identificar o conhecimento dos estudantes sobre as ditaduras, desta forma antes de abordar a temática os estudantes foram orientados a produzirem um texto com o tema: Ditaduras Militares na América Latina.

Vale destacar, que a atividade prática, em sala de aula, foi realizada no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR) – Campus Telêmaco Borba, em algumas turmas do Ensino Médio Técnico Integrado. Para análise das narrativas dos estudantes sobre a Ditadura Militar no Brasil, foram articulados os conceitos de memória coletiva, representações sociais e consciência histórica a partir de Halbwachs (2006), Jedlowski (2003) e Rüsen (2001), respectivamente.

Sendo assim, esse artigo é resultado de uma experiência didática, realizada nas aulas de história e teve como foco identificar a consciência histórica de estudantes nas suas narrativas sobre a Ditadura Militar. Como recorte foram selecionados estudantes de ensino médio integrado, do IFPR - Campus de Telêmaco Borba. Vale destacar que, essa atividade é parte de um projeto em andamento⁵. Em novembro de 2018 foram produzidos 69 textos pelos estudantes. Para construir uma análise os textos foram digitados, separados por turma e sexo, bem como foi utilizada a ferramenta MAXQDA, versão 2018, para seleção de palavras que formadoras de um núcleo das representações presentes nas narrativas.

Para problematizar as narrativas o objetivo do artigo é perceber como as representações da Ditadura Militar Brasileira estão vinculadas a ideia de impedir o estabelecimento do comunismo no Brasil. Para isso o texto está dividido em duas partes, a primeira uma reflexão teórica sobre conceitos memória e consciência história e representações da Ditadura Militar. E na segunda parte é apresentada a forma como

⁵ Projeto: Ensino de história representações e memória: a história da ditadura militar Argentina nos relatos autobiográficos *Mi nombre es Victoria* e o “*Quien te crees que sos*” e as apropriações e representações construídas pelos estudantes do ensino médio escolar.

a atividade didática foi desenvolvida e a análise das narrativas dos estudantes, com foco nas narrativas que relacionam o Golpe Civil Militar com o comunismo.

2. Memória, representações e Ditadura Militar

Voltando o olhar para a trajetória do Brasil Republicano, observamos que o autoritarismo e os governos ditatoriais constituem a ordem republicana brasileira, iniciando-se com a Primeira República (CARVALHO, 2003; FERREIRA, PINTO, 2017), passando pela Ditadura Vargas (ABREU, 2010; SOUZA, 2004) e se resignificado com a Ditadura Militar. Ao longo do século XX se estabeleceu na memória dos brasileiros que o autoritarismo é melhor regime de governo que a democracia. Fato que é percebido nas pesquisas realizadas por um instituto chileno, no final do século XX início do século XXI. Segundo dados levantados em 2002 apenas 37% dos brasileiros preferiam a democracia como sistema de governo no Brasil (NOBREGA, 2010, p. 78).

Portanto, o conceito de memória coletiva, construído por Maurice Halbwachs, na primeira metade do século XX, é fundamental para compreender a memória construída sobre a Ditadura Militar, pois conforme destaca Jean Duvignaud (HALBWACHS, 2006), no prefácio do livro de Maurice Halbwachs, o estudo da memória é necessário para compreender os contextos sociais da memória.

Sendo assim, Halbwachs (2006) se propõe resgatar o tema da memória para o campo das interações sociais, ao observar que determinadas lembranças são rememoradas, por exemplo no seio de famílias, ou em um espaço de trabalho. As lembranças da infância na família e com os amigos, e os grupos de trabalho mostram que essas recordações são essencialmente memórias de grupo e que a memória individual só existe na medida em que esse indivíduo é um integrante de um grupo (HALBWACHS, 2006).

Porém, como os indivíduos não pertencem apenas a um grupo e se inserem em várias outras relações sociais, as diferenças individuais de cada memória expressam o resultado da trajetória de cada um ao longo de sua vida. A memória individual não deixa de existir, mas está inserida em diferentes contextos, com a presença de diferentes participantes. Essas interações permitem que haja uma transposição da memória da perspectiva pessoal para uma memória coletiva. A memória individual revela, na verdade, a complexa relação das interações sociais vividas por cada um de nós (ARAUJO; SANTOS, 2007).

Assim, a grande contribuição de Halbwachs (2006), portanto, é mostrar que a memória individual não está distanciada das memórias coletivas. O indivíduo isoladamente que não tem o poder sobre o processo de resgate do passado. A memória é constituída por indivíduos em interação, por grupos sociais, sendo as lembranças individuais resultado desse processo. Ainda que alguém possa acreditar que sua memória é pessoal, na medida que pode resgatar acontecimentos nos quais viveu, ela é coletiva, pois o indivíduo, é o resultado das interações sociais (HALBWACHS, 2006).

Para Beatriz Sarlo (2007), o conceito de dever de memória surgiu na França no início da década de 1950. Este conceito surgiu na França a partir das reuniões de deportados franceses na Segunda Guerra que pretendiam honrar a memória de franceses assassinados. Na década de 1970, em função de uma tentativa de dar um novo significado do discurso memorial ligado ao holocausto de judeus que viviam na França, ele se transformou. A ideia de memória surge assim associada a ideia de justiça. O conceito de dever de memória pode ser usado para resgatar relatos de pessoas que foram mortas e torturadas nas Ditaduras Militares que se instauraram na Argentina. Na ditadura militar Argentina “lembrar foi uma atividade de restauração dos laços sociais e comunitários perdidos no exílio ou destruídos pela violência de Estado” (SARLO, 2007, p. 45).

Para implementarmos nossa proposta de pesquisa recorreremos as discussões do

teórico alemão Jörn Rüsen (2001) sobre a historiografia e o ensino da história. Estes debates constituem uma reflexão importante para o campo de pesquisa ensino de história. Mais especificamente porque sua contribuição está centrada numa articulação entre Didática da História, a Teoria da História e a Historiografia.

Para Rüsen (2001) a Didática da História não se resume às relações escolares, mas a experiência de ensinar história se insere numa grande teoria do aprendizado histórico. Ele parte da concepção de que a história é construída a partir de uma experiência vivida cotidianamente. Ao agir no mundo cada ser humano recorre às experiências vividas e dá sentido ao tempo. Portanto, defende que embora haja um distanciamento metodológico entre a história ciência e aquela experiência de construção da história inerente à vida prática de todo ser humano, mas a essência é a mesma. Sendo assim, para Rüsen (2001) o conhecimento histórico científico é resultado do relacionamento das pessoas com as representações que elas constroem sobre si e suas experiências de pertencimento no tempo.

Para elaborar uma teoria geral do aprendizado histórico, Rüsen (2001) propõe a noção de consciência histórica. Para ele a consciência histórica é uma forma de perceber o passado para compreender o presente, é resultante da experiência e da percepção do tempo presente. Portanto, as narrativas dos estudantes resultam da consciência histórica desses jovens, que re-significam memórias para compreender o presente.

Portanto, a consciência histórica desses jovens, presentes nas suas narrativas, permite identificar representações sociais da Ditadura Militar. E o conceito de representações sociais é tomado de Jedlowski (2003), que conceitua a memória coletiva como “o conjunto de representações sociais que têm a ver com o passado produzido por cada grupo, institucionalizado, guardado e transmitido pela interação de seus membros” (LEDLOWSKI, 2003, p. 221). Sendo assim, as narrativas sobre o passado são construídas socialmente e o passado de cada pessoa se modifica a partir das necessidades do presente (LEDLOWSKI, 2003, p. 221), pois as representações

do passado podem servir para legitimar interesses de grupos dominantes (LEDLOWSKI, 2003, p. 222).

No século XX e no início do século XXI, as mídias desenvolvem um papel fundamental na construção das memórias coletivas/representações do passado. Essas representações compartilhadas pelas mídias e pelos grupos sociais se constituem em uma memória pública. A memória pública, constituída nas redes midiáticas, orienta a construção de representações do passado, reproduzindo, construindo debates e silêncios. A memória pública, portanto, está exposta a influência da esfera política, do mercado e de grupos organizados, para com o objetivo de “colonizar” a memória pública (LEDLOWSKI, 2003, p. 231).

Apropriando-se de Ledlowiski (2003) e Rüsen (2001), podemos analisar as narrativas dos estudantes sobre a ditadura como representações do passado influenciadas pelas representações construídas na esfera pública as quais produzem uma consciência histórica, marcada pela experiência da memória pública, que revelam experiências de compartilhar uma memória coletiva e pertencer a um tempo, que vincula passado, presente e futuro. Para analisar essa relação temporal o foco será observar como o comunismo está vinculado ao Golpe Civil Militar de 1964, nas narrativas dos estudantes.

Nos anos de 1950 e início de 1964 foram realizadas no Brasil pesquisas de opinião abordando o comunismo. Os dados coletados nessas pesquisas indicam que havia no Brasil um anticomunismo estabelecido, bem como o medo do comunismo ser estabelecido no Brasil (MOTTA, 2016). Essa representação social do comunismo como algo ruim, é um fato que ajuda a compreender o golpe civil-militar de 1964.

Estabelecido o Golpe, os militares iniciaram um processo de construção de uma memória sobre o Golpe, sendo que a defesa da democracia (REZENDE, 2001) e o combate ao comunismo são centrais nessa construção. A pesquisadora Maria José Rezende (2001), analisa como a Ditadura Militar construiu discurso que buscavam legitimar a defesa e manutenção da democracia. Além do mais o regime se buscava a

legitimidade pela defesa de “valores militares e os valores (ligados à família, à religião, à pátria, à ordem e à disciplina) que, segundo ele eram socialmente fundantes da ordem político-cultural brasileira” (REZENDE, 2001, p. 3).

A construção da narrativa que o Brasil passava por um processo de estabelecimento de um regime comunista, foi central para legitimar o golpe em defesa da democracia. A pesquisa de Lucileide Costa Cardoso (2011) apresenta a construção de uma memória sobre o golpe civil militar e a ditadura militar com base em uma suposta ameaça comunista. Em um artigo publicado em 1964, os militares responsabilizam os intelectuais e a esquerda pela construção de um projeto de estabelecimento do comunismo no Brasil.

Ao analisar os discursos em comemoração ao golpe civil militar de 31 de março, Lucileide C. Cardoso (2011), demonstra a afirmação de uma memória e uma narrativa, sobre o golpe entre 1964 e 2010. Nos discursos e nas comemorações de intelectuais e militares, a defesa da democracia e o combate ao comunismo são centrais. Portanto, os militares se preocuparam em construir uma memória e uma narrativa que legitima o golpe. Essa construção permite compreender a aceitação dos discursos que estiveram presentes nos discursos durante a campanha eleitoral e ao longo dos meses do governo Bolsonaro (BRAGON, 2018; MENEGAT, 2019).

Portanto, a percepção dos estudantes sobre as ditaduras na América Latina e fundamentalmente sobre a Ditadura Militar Brasileira, é uma construção coletiva de memória, que vai além das aulas de História, são representações sociais do passado recente apropriado das suas relações pessoais e nas redes sociais, as quais constituem uma consciência histórica. Essas memórias coletivas reproduzidas nos textos dos estudantes são resultado de um processo histórico, que está relacionado com o lugar da disciplina de História no contexto nacional recente, bem como, com o debate político nacional no ano de 2018, ano de eleição para escolha do novo presidente, sendo eleito Jair Bolsonaro, cujo discurso afirma uma memória que exalta a Ditadura Civil Militar (BRAGON, 2018; MENEGAT, 2019).

Vale lembrar, que a história perde a condição de disciplina durante a Ditadura Militar, e ocupou um espaço na disciplina de estudos sociais, conforme aborda Bruno Nascimento (2016),

percebeu-se o quanto o ensino de História no regime militar foi descaracterizado. Os governos ditatoriais tentaram de todas as formas controlar a formação da juventude. A escola foi entendida como lugar apropriado para difundir a ideologia defendida pelo Estado, com a lei implementada em 1971 que uniu História e Geografia em uma única disciplina, Estudos Sociais. O conhecimento histórico escolar ficou debilitado, pois o despreparo dos professores, formados em licenciaturas curtas, prejudicou o ensino e aprendizagem nas escolas. Soma-se a isso, a ênfase nas disciplinas OSPB e EMC que atendiam perfeitamente os interesses dos militares (NASCIMENTO, 2016, p. 37).

Na década de 1980 ocorreu o retorno da disciplina de história e dos livros didáticos de história. O estudo de André Fraga (2014), sobre as representações da ditadura nos livros didáticos, indica que a partir de meados dos anos 80 os livros denominam o período de “golpe de estado”. E a partir dos anos 90 os termos “golpe” e “ditadura”, passam a serem usados nos textos dos livros didáticos. (FRAGA, 2014, p. 111). Portanto, os livros didáticos contribuem para o silêncio sobre a Ditadura Militar e na década que se inicia o processo de reconstrução da memória sobre a Ditadura, surge a internet e as redes sociais. Vale destacar que foi também na década de 1990 a rede mundial de computadores começa a se popularizar no Brasil e na primeira década do século XXI as redes sociais ocupam o espaço na construção da memória pública⁶.

As reflexões de Fraga (2014) e o advento das redes sociais permitem conjecturas para compreender as representações sociais e a consciência histórica dos estudantes sobre a Ditadura Militar e a sua relação com comunismo. Portanto, os livros didáticos, as redes sociais e a família constituem uma consciência histórica e representações sobre a Ditadura Militar. A memória sobre o passado é uma construção social,

⁶ Sobre a popularização da Rede Mundial de Computadores no Brasil ver: CARVALHO, 2006; COUTO, 2019.

portanto está relacionada às relações e as experiências dos estudantes.

3. Narrativas de estudantes de ensino médio sobre Ditadura Militar

As eleições para presidente no ano de 2018 trouxeram à tona diferentes representações sociais sobre a ditadura militar no Brasil. Grupos que defendiam o regime ditatorial e grupos que buscavam trazer a público a violência do período ditatorial. O resultado foi que o candidato que defendia o golpe de 1964 e a ditadura, foi eleito presidente.

O processo eleitoral revelou como a Ditadura Militar faz parte da memória coletiva e é significada de forma diferente por diversos grupos sociais. A análise do perfil dos eleitores do candidato eleito, por Isabela Kalil (2018), demonstra que os grupos defendem representações conservadoras como: homens de bem, família tradicional, religião, anti-feminismo. Representações que aproximam esses eleitores de ideias que foram utilizadas para legitimar o golpe e a ditadura no Brasil (TABAK, 1983; REZENDE, 2001).

Portanto, a desvalorização da disciplina de história ao longo da Ditadura Militar e contexto político nacional atual, podem ser fatos que influenciam na construção das memórias sociais sobre a ditadura no Brasil do tempo presente. Um olhar sobre as representações dos estudantes do Instituto Federal de Telêmaco Borba nos permitirá perceber essa influência.

Vale informar, que a memória construída sobre as origens da cidade de Telêmaco Borba é fundada pela construção da Fábrica Klabin⁷. Conforme os dados do IBGE (2010), a população estimada em 2021 é de 80.588 habitantes. Observando o perfil religioso da população, apresentado pelo censo de 2010, a maioria da

⁷ A pesquisadora Ana Flávia Braun Vieira e o pesquisador Miguel Arcanjo de Freitas Junior (2018), analisam o mito fundador de Telêmaco Borba, cuja narrativa estabelece como marco de origem da cidade é o ano de 1941, início da construção da Fábrica Klabin, na região.

população se declara católica ou evangélica, 36.877 habitantes se declaram católicos e 26.841 evangélicos. E segundo os dados do Tribunal Eleitoral, em Telêmaco Borba, o candidato eleito teve 69,58% dos votos válidos (26.848 votos), número bem próximo do resultado na média do Estado do Paraná, 68,43%. Sendo assim, o contexto de construção dos textos, pelos estudantes, é marcado pelas eleições de 2018, bem como pelas realidades socioculturais locais, a memória sobre as origens da cidade e os conhecimentos histórico que os estudantes adquiriram nas suas experiências nos diferentes espaços sociais – igreja; escola; clubes; bairros; etc.

Os estudos de Thompson (1998) sobre as relações entre a origem das fábricas, indicam que a construção das novas relações de trabalho resulta da união entre quatro espaços sociais: da fábrica, da religião cristã, das escolas e dos quartéis. Nesses espaços se formam trabalhadores disciplinados e ordeiros, pois a disciplina e a ordem são ideias presentes nesses espaços, sendo que as escolas, no século XIX, estavam vinculadas as instituições religiosas (THOMPSON, 1998). Portanto, a construção de uma narrativa que estabelece uma memória sobre a origem da cidade de Telêmaco Borba vinculada a fábrica, a qual é compartilhada por instituições e pelos moradores, conforme indicam Ana Vieira e Miguel Freitas (2018), pode influenciar na construção da consciência história dos jovens que vivem na cidade.

Essas informações sobre o contexto político e o espaço social são importantes para analisar os textos produzidos pelos estudantes do IFPR, em Telêmaco Borba, pois a re-significação da memória a partir do presente precisa ser considerada, bem como sua relação com as conversas no espaço familiar, o conhecimento escolar anterior, as redes sociais, a memória construída sobre a origem da cidade e outros espaços de informações. Porém antes de voltar o foco para os textos é fundamental apresentar o processo de construção dos textos, o número de produções e as características gerais das turmas.

Em novembro de 2018, antes de iniciar os estudos sobre as Ditaduras na América Latina com os estudantes os terceiros anos dos cursos técnicos do ensino

médio integrado, do *Campus* Telêmaco Borba, eles foram convidados a escrever um texto, para apresentar os seus conhecimentos sobre a História das Ditaduras na América Latina. Alguns textos foram lidos e debatidos. E nas aulas seguintes realizamos estudos sobre as ditaduras, com aulas expositivas, a projeção do documentário “O Dia que Durou 21 ano”, de Camilo Tavares, lançado no ano de 2012, e os estudantes realizaram uma pesquisa sobre as memórias de filhos e filhas de presos e desaparecidos políticos nas ditaduras do Brasil (1964-1985) e da Argentina (1976-1983). Para a atividade de pesquisa foram realizadas na rede mundial de computadores, utilizando os laboratórios de informática do *Campus*. Os resultados dessa atividade foram apresentados em forma de um jornal.

As narrativas que deram início aos estudos são 69, das quais 26 foram construídas por jovens do sexo feminino e as demais, 43 narrativas, por jovens do sexo masculino. Os textos manuscritos foram digitados e cada texto foi identificado com a letra E (estudante) e um número, iniciando em 01 e terminando em 69, seguido da letra M (masculino) ou F (feminino). Sendo assim, no cada texto possui uma identificação (exemplo: E-10 M), que facilita a leitura e análise das narrativas. Também no final de cada texto é informado o número de linhas do texto manuscrito.

Primeiramente é importante destacar que a maioria dos estudantes afirma desconhecimento sobre as ditaduras na América Latina, conforme destaca esse estudante: “Eu já ouvi muito falar na ditadura militar na América Latina, mas não encontro no cérebro conhecimento sobre, apenas me lembro que ouvi falar da ditadura no Brasil em 1970, não sei muito bem como ocorreu (E-19 H)”. Sendo assim, as narrativas estão voltadas para a construção de significados para ditadura militar, as quais expressam representações sobre a Ditadura Militar Brasileira. Além do mais, a maior parte dos textos não ultrapassa 06 linhas, um fato que pode indicar falta de informações ou desinteresse em demonstrar o conhecimento sobre o tema.

No quadro a seguir, indicamos os termos e palavras que forma o núcleo central das narrativas dos estudantes, separando por sexo.

Quadro 1 – Palavras e termos representam ditadura para estudantes do IFPR

	Feminino	Masculino	Total
Cuba	0	5	5
Guerra Fria	2	2	4
Tortura	6	2	8
Golpe	7	4	11
Censura	5	5	10
Liberdade de expressão	5	3	8
Democracia	2	3	5
Ustra	3	1	4
Comunismo	6	2	8
Intervenção militar	0	2	2

Fonte: Textos dos Estudantes/MAXQDA, 2018

Para a maioria dos estudantes a censura/liberdade de expressão é o núcleo central que representa ditadura militar, pois somando os dois termos foram utilizados 18 vezes. Em seguida estão: comunismo, golpe e tortura. O comunismo aparece em oito (08) textos, porém se consideramos que a referência a Cuba, aparece em outros cinco (05), a referência ao comunismo como explicação para as Ditaduras na América Latina, é a ideia mais recorrente, pois está presente em treze (13) textos. Portanto, para melhor analisar essas narrativas é preciso retomar a ideia de anticomunismo, pois ela aparece como elemento explicativo do passado.

O anticomunismo, conforme destaca o historiador Daniel T. Samways (2018), surgiu no século XIX e se constitui de um conjunto de ideias, entre as quais: perseguição ao comunismo, defesa da propriedade privada e democracia como um sistema vinculado ao capitalismo. Após a Revolução Russa, de 1917, o anticomunismo se aprofunda e novas ideias passaram a compor o fenômeno que incorpora a questão religiosa. Portanto, o anticomunismo é, segundo Carla S. Rodeghero (2002, p. 464),

o conjunto das atividades realizadas por grupos diversos, que constroem e se guiam por um conjunto de representações que tem sido chamado de imaginário anticomunista. Trata-se de atividades como produção de propaganda, controle e ação policial, estratégias educacionais, pregações religiosas, organização de grupos de ativistas e de manifestações públicas, atuação no Legislativo, etc.

No período da Guerra Fria (1945-1989) o conjunto de ideias do anticomunismo

passou a ser divulgada pelos Estados Unidos em diferentes meios de comunicação. A literatura e o cinema construíram uma representação do comunismo como o mal. E Hollywood foi um espaço para construção e difusão do anticomunismo no Ocidente (SAMWAYS, 2018).

No Brasil as representações anticomunistas ganharam espaço no governo autoritário de Getúlio Vargas (1930-1945)⁸, porém a historiadora Carla L. Silva (2001) indica que os discursos políticos no século XIX, já apresentam ideias anticomunistas, inclusive o abolicionismo de Castro Alves foi percebido como comunista, no final do século XIX (SILVA, 2001, p.27). Porém, a partir da década de 1930 o anticomunismo ganhou espaço nos discursos dos políticos e na mídia, primeiro como Getúlio Vargas e posteriormente como a Guerra Fria, com a influência dos Estados Unidos na América Latina.⁹

No ano de 1931 jornais já apresentam uma campanha anticomunista, conforme indica Carla L. Silva (2001). A partir de 1935 o Integralismo, fundado por Plínio Salgado, destaca que o comunismo é a destruição da religião, da família e da pátria (SILVA, 2001, p. 109). Portanto, na década de 1930 ocorreu um processo de construção do comunismo como um inimigo a ser combatido, o qual destruiriam instituições defendidas como sagradas – religião, pátria e família. A construção dessa representação social do comunismo no Brasil, ganha força no pós-guerra e legitima a Golpe de 1964.

O medo ao comunismo foi mantido na memória coletiva, nas décadas de 1930, 1940 e 1950, a retomada do discurso anticomunista no início da década de 1960 encontra já formada uma representação anticomunista no Brasil. A Igreja Católica (RODEGHERO, 2002), bem como o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), criado em 1961, e o Instituto de Ação Democrática (IBAD), criado em 1959,

⁸ Sobre o autoritarismo nos governos de Getúlio Vargas (1930-1945) ver: GOMES, 2005; CODATO, 2005; CODATO, 2013; MARQUES, 2014.

⁹ Influência dos Estados Unidos na América Latina, ver: ZAGNI, 2011.

(PASTORE, 2012), foram instituições que fortaleceram o anticomunismo no Brasil, marcado pela oposição entre democracia e comunismo.

Organizações como esses institutos existiram em toda a América Latina, no final da década de 1950 e ao longo da década de 1960, juntamente como o programa de financiamento dos Estados Unidos, para a América Latina, o Aliança para o Progresso (ALPRO). E além do discurso anticomunista os institutos como o IPES/IBAD, apresentaram projetos de propostas de reformas (na constituição, na legislação trabalhista, no sistema bancário) (PASTORE, 2012).

A construção de uma representação anticomunista e de uma defesa da democracia nos primeiros anos da década de 1960, somada a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, ocorridas em março e junho de 1964, legitimam o Golpe de 1964, em defesa da democracia e contra o comunismo. Um comunismo que foi representado como o fim da família, da pátria e da religião.

Esse discurso foi amplamente utilizado pelos grupos que apoiaram o golpe em 1964, bem como, o regime construiu um sistema de propaganda que construiu um discurso que legitimava o regime e desmoralizava os opositores, conforme indicam Maria Rezende (2001) e Carlos Fico (2013).

Portanto, a recorrência dessa ideia é um indicativo da permanência de uma memória construída no contexto do golpe, na década de 1960, e que não foi desconstruída nas relações que constituem as representações desses estudantes. Além do mais, a pesquisadora Bruna Pastore (2012), indica uma retomada do anticomunismo com o Instituto Millenium, criado em 2005, o qual ela identifica com características semelhantes aos defendidos pelos Institutos da década de 1960, pois,

assim como o complexo IPES/IBAD, declara defender a liberdade individual, a democracia, a liberdade de mercado e o Estado mínimo. Além de afirmar, também como o IPES, que não tem objetivos políticos ou partidários e que visa somente levantar questões e discussões que solucionem os problemas do país, (...) (PASTORE, 2012, p. 69-70).

Considerando que desde 2005, essas ideias estão sendo difundidas em diferentes

mídias (rede mundial de computadores, televisão aberta, revistas e jornais impressos) (PASTORE, 2012). Para isso, o Instituto Millenium conta com o apoio de jornalistas, intelectuais e publicitários, que legitimam e divulgam as representações sobre movimentos de esquerda, do comunismo e o Golpe Civil Militar de 1964 (PASTORE, 2012). Essa memória pública sobre uma representação do comunismo foi retomada no início do século XXI, fortalecendo ideias de que defender políticas sociais é defender o estabelecer o comunismo.

Silêncio sobre a Ditadura Militar nos livros didáticos até meados nos anos de 1990, bem como de grande parte da mídia brasileira, e a construção de uma memória pública por meios de comunicação contrários a políticas sociais e aos movimentos sociais, fortalecem a ideia do anticomunismo como explicação para o Golpe Civil Militar de 1964, principalmente pela divulgação das ideias defendidas pelo Instituto Millenium e por seus divulgadores.

Ao se referir as ditaduras na América Latina, uma estudante afirma que, as “(...) Ditaduras na América Latina. Foram feitas como forma de combate ao comunismo. Foram todas ditaduras de direita/militares. EUA ajudou nos golpes militares. (...) (E-9 F).” A representação do golpe militar como necessário para impedir os comunistas de assumirem o poder no Brasil e na América Latina, está presente na maioria das narrativas que aparece a palavra comunismo. Também está presente nessas narrativas a interferência dos Estados Unidos nas questões políticas da América Latina. Portanto, existe uma consciência histórica que identifica relações de poder entre esses espaços políticos e sociais – América Latina e Estados Unidos.

Outras estudantes, ao se referir ao comunismo afirmam que:

(...) As características dos governos autoritários da época era [...] o comunismo como vilão (E-9 F). (...) Para evitar o comunismo, eles instalaram as ditaduras na América Latina (...) (E-11 F). (...) a polarização que ecoava na nação, o medo que o comunismo fosse o novo sistema, além do conservadorismo entre as pessoas que era gritante (...) (E-13 F).

A ideia do golpe como necessária para impedir o estabelecimento do

comunismo é utilizada por esses estudantes do ensino médio ao construírem uma representação sobre as Ditaduras. A consciência histórica desses estudantes, sobre um período da História recente, indica que eles compreendem que o discurso sobre o comunismo como o grande mal foi utilizado para legitimar o Golpe Civil Militar. Todavia utilizam uma memória coletiva, cujas origens remontam o século XIX, quando surge o anticomunismo, para dar significado a Ditadura Militar no Brasil e na América Latina.

Os estudantes que focaram na Ditadura que se estabeleceu no Brasil, em 1964, narram que a Ditadura:

(...) durou 21 anos, com a intenção de combater o comunismo e fazer eles como vilões. (...) (E -2 F). (...) O medo do comunismo também refletiu aqui no Brasil e em 1964, houve o golpe de estado, que permaneceria por mais de 20 anos (...) (E-10 F). (...) os militares assumiram porque o Brasil estava sobre “ameaça comunista”, (...) (E-14 F. (...) se o país estivesse em uma ditadura, ele estaria meio que ‘protegido’ do comunismo. (...)” (E-45 M).

Ao voltar o olhar para a América Latina e as ditaduras militares, da segunda metade do século XX, a partir do olhar desses estudantes, identifica-se que os estudantes percebem que acontecimentos ocorridos nesse espaço social estão relacionados a políticas e ações vindas de outros espaços, principalmente do Estados Unidos. O medo do comunismo, o qual foi construído em outros espaços sociais do passado é ressignificado em movimentos o espaço presente, aparecendo nos textos de estudantes, como um mal necessário, pois segundo afirma um estudante, “para evitar revoluções comunistas, os EUA apoiaram os militares contra a democracia” (E-63 M).

Portanto, os estudantes do Campus IFPR Telêmaco Borba, estabelecem uma representação do Golpe Civil Militar de 1964, a partir de uma memória coletiva herdeira do anticomunismo, a qual é re-significada no início do século XXI. Observa-se que essa retomada dessa representação, mantida pelo silêncio sobre o passado recente e por uma memória pública, que fortaleceu o silêncio. O processo iniciado

em 2005 pode ser um elemento para compreender as eleições de 2018, na qual o anticomunismo foi re-significado, bem como permite compreender as permanências de representações anticomunistas nas narrativas de estudantes sobre o fato que marcou o ano de 1964, no Brasil.

Passados 100 anos da Revolução Russa, 60 anos da Revolução Cubana e 30 anos da queda do Muro de Berlim, marcos da Guerra Fria e do Comunismo no Ocidente, observa-se no Brasil um processo retomada do anticomunismo. Uma ideia que revela a consciência histórica desse retorno é “E nos dias de hoje, querem que volte está época” - frase que está no título desse artigo e foi escrita por um estudante -, analisada em relação ao contexto no qual foi construída pode ser entendida como o retorno do discurso anticomunista, bem como o retorno da Ditadura Militar. Considerando que no início do século XXI ocorreu uma retomada do anticomunismo no campo político brasileiro.

Como a retomada desse discurso influencia a memória sobre o passado recente do Brasil? Como as aulas de História podem contribuir para desconstruir ou legitimar as representações anticomunistas compartilhadas por estudantes e professores? Essas são problemas que precisam ser analisados no campo historiográfico e do ensino da história.

REFERÊNCIAS

ABREU, Luciano. Autoritarismo e desenvolvimento no Brasil. **Historiæ**, Rio Grande, vol. 1, n. 3, p. 117-130, 2010.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento; SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. História, memória e esquecimento: Implicações políticas. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 79, p.95-11, 2007. Disponível: <<http://www.ces.uc.pt/publicacoes>>

BRAGON, Ranier. Nos anos 90, Bolsonaro defendeu novo golpe militar e guerra. **Folha de São Paulo**, 03 de julho de 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/>>, acesso em 20 de dezembro de 2019.

CARDOSO, Lucileide Costa. Os discursos de celebração da ‘Revolução de 1964’. *Revista Brasileira de História*. **São Paulo**, v. 31, n. 62, p. 117-140, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v31n62/a08v31n62>>

CARVALHO, José M. Os três povos da República. *Revista USP*, São Paulo, n.59, p. 96-115, 2003.

CARVALHO, Marcelo S. R. M. **A trajetória da internet no Brasil**: do surgimento das redes de computadores à instituição dos mecanismos de governança. Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Engenharia de Sistema de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<https://unifesp.academia.edu/MarceloCarvalho>>.

CODATO, Adriano. Instituições de governo, ideias autoritárias e políticos profissionais em São Paulo nos anos 1940, In: **Revista Brasileira de Ciência Política**, n.11. Brasília, pp. 143-167, 2013.

CODATO, Adriano. Os mecanismos institucionais da ditadura de 1937: uma análise das contradições do regime de Interventorias Federais nos estados. **História**, São Paulo, v.32, n.2, p. 189-208, jul./dez. 2013.

COUTO, Geraldo Homero Neto. A “nova direita” no youtube: conservadorismo e negacionismo histórico sobre a ditadura militar brasileira. **Revista Ágora**, Vitória, n. 29, p. 83-103, 2019. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/agora>>

FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. Estado e oligarquias na Primeira República: um balanço das principais tendências historiográficas. **Revista Tempo**, v. 23 n. 3, p.422-442, Set./Dez. 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tem/v23n3/1980-542X-tem-23-03-422.pdf>>

FICO, Carlos. Ditadura Militar: mais do que algozes e vítimas. A perspectiva de Carlos Fico. [Entrevista realizada em 24 de julho, 2013]. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 5, n.10, jul./dez., p. 464-483, 2013. Entrevistadores: Sílvia Maria Fávero Arend, Rafael Rosa Hagemeyer e Reinaldo Lindolfo Lohn.

FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L.; **Brasil Republicano** - O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, p. 167-205.

GOLDZWEIG, Rafael. Análise: como um filme pró-golpe de 1964 viralizou nas redes sociais. **Exame**, 09 de abril, 2019. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/analise-como-um-filme-pro-golpe-de-1964-viralizou-nas-redes-sociais/>>

GOMES, Angela Castro. Autoritarismo e cooperativismo no Brasil: o legado de Vargas. **Revista USP**, São Paulo, n.65, p. 105-119, março/maio 2005.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

IBGE. **Cidades**: Telêmaco Borba. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/telemaco-borba/panorama>>, acesso em 30 de agosto de 2021.

JEDLOWSKI, Paolo. Memórias. Temas e problemas da sociologia da memória no século XX. **Pro-posições**, v. 14, n. 1, p. 217-234, 2003. Disponível em: <<https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/2187/40-traducao-ikedlowski.pdf>>, acesso em 29 de dez. 2019.

KALIL, Isabela Oliveira (coord.). **Quem são e no que acreditam os eleitores de Jair Bolsonaro**. São Paulo, 2018. Disponível em: <<https://www.fespsp.org.br/>>, acesso em 29 de dez. 2019.

MARQUES, Raphael Peixoto de Paula. Repressão política e anticomunismo no primeiro Governo Vargas: a elaboração da primeira lei de segurança nacional. **Revista Jurídica da Presidência**, Brasília v. 15 n. 107, p. 631-665, 2014.

MAZUI, Guilherme. Bolsonaro determinou que defesa faça as comemorações devidas ao golpe de 64, diz porta voz. **G1**, Brasília, 25 de março de 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/03/25/>>

MELO, Demian B. Ditadura “civil-militar”? Controvérsias historiográficas sobre o processo político Brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente. **Espaço Plural**, Ano XIII, n. 27, p. 39-53, 2012. Disponível em: <<http://saber.unioeste.br/index.php/espacoplural>>, acesso em: 02 de jan. 2020.

MENEGAT, Rodrigo. Bolsonaro mencionou a ditadura em ¼ dos seus discursos como deputado. **Jornal Estadão**, 30 de março de 2019. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/>>

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O anticomunismo nas pesquisas de opinião: Brasil, 1955-1964, **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**, Colloques, mis en ligne le 14 janvier 2016, consulté le 29 décembre 2019. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/nuevomundo/68817>>

NAPOLITANO, Marcos. O golpe de 1964 e o regime militar brasileiro Apontamentos para uma revisão historiográfica. **Contemporane - Historia y problemas del siglo XX**, Vol. 2, Año 2, p. 209-217, 2011.

NASCIMENTO, Bruno. A Ditadura Militar e o ensino de História: uma relação conflituosa. **Macapá**, v. 6, n. 3, p. 29-39, set./dez. 2016, disponível em: <<https://periodicos.unifap.br/index.php/estacao>>

NOBREGA, José Maria Pereira. A Semidemocracia Brasileira: autoritarismo ou democracia? **Sociologias**, Porto Alegre, ano 12, n. 23, p. 74-4, jan./abr. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n23/05.pdf>>

PASTORE, Bruna. Complexo IPES/IBAD, 44 anos depois: Instituto Millenium? **Aurora**, Marília, v. 5, n. 2, p. 57-80, 2012. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/aurora/article/view/2351/1912>>, acesso em: 02 de jan. 2020.

REZENDE, Maria J. **A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade (1964-1984)**. Londrina: Ed. UEL, 2001.

RODEGHERO, Carla Simone. Religião e patriotismo: o anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil nos anos da Guerra Fria. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 22, nº 44, pp. 463-488, 2002.

RUSEN, Jorn. **A Razão histórica – Teoria da História: os fundamentos da ciência Histórica**. Brasília: Editora da UnB, 2001.

SALES, Mariana. Jovens brasileiros são mais dependentes de redes sociais. **Correio**, 21 de julho de 2016. Disponível em: <<https://www.correio24horas.com.br>>

SAMWAYS, Daniel Trevisan. A “ameaça vermelha”: medo e paranoia anticomunista (artigo). **Café História – história feita com cliques**. Disponível em: <<https://www.cafehistoria.com.br/medo-e-paranoia-anticomunista/>> . Publicado em: 22 jan. 2018. Acesso: 30 de dez. 2019.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SILVA, Carla L. **Onda vermelha: imaginários anticomunistas brasileiros (1931-1934)**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

SOUZA, Ricardo Luiz. Autoritarismo, Cultura e Identidade Nacional (1930-1945). **História da Educação**, Pelotas, n. 15, p. 89-127, 2004.

TABAK, Fanny. **Autoritarismo e participação política da mulher**. Rio de Janeiro: Edição Graal, 1983.

THOMPSON, Edward P. Tempo, disciplina de trabalho e o capitalismo industrial. In: _____. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VIEIRA, Ana Flávia B.; FEITAS, Miguel Arcajo Júnior. A construção da história oficial a partir de periódicos: análise discursiva da História de Monte Alegre nas páginas de O Tibagi. **Revista Brasileira de História da Mídia**, vol. 07, n. 1, p. 247-261, 2018.

ZAGNI, Rodrigo M. **As políticas culturais dos Estados Unidos para a América Latina durante a Segunda Guerra Mundial e a montagem do sistema Pan-Americano.** Tese de doutorado, Programa de Pós Graduação em Integração da América Latina, Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, 2011.